



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

SUPRAM LESTE MINEIRO - Diretoria Regional de Regularização Ambiental

Parecer Técnico SEMAD/SUPRAM LESTE-DRRA nº. 45/2021

Governador Valadares, 27 de abril de 2021.

Parecer Técnico SEMAD/SUPRAM LESTE-DRRA nº. 45/2021			
PA COPAM Nº: 865/2021		SITUAÇÃO: Sugestão pelo Deferimento	
EMPREENDEDOR:	Biometal Mining Comércio e Indústria de Reciclagem Ltda	CNPJ:	38.800.773/0001-25
EMPREENDIMENTO:	Biometal Mining Comércio e Indústria de Reciclagem Ltda	CNPJ:	38.800.773/0001-25
ENDEREÇO:	Rua Matilde Rosa da Silva, nº 02 - Letra C	Bairro:	Boa esperança
MUNICÍPIO(S):	Bela Vista de Minas	ZONA:	Urbana
COORDENADAS GEOGRÁFICAS (DATUM): LAT (X): 19°48'17.58 "S e LONG (Y): 43°03' 54.82 "O			
RECURSO HÍDRICO: -			
CRITÉRIO LOCACIONAL INCIDENTE: -			
CÓDIGO:	ATIVIDADE OBJETO DO LICENCIAMENTO (DN COPAM 217/17):	CLASSE	PARÂMETRO
A-05-01-0	Unidade de Tratamento de Minerais - UTM, com tratamento à seco	3	1.500.000t/ano
CONSULTORIA/RESPONSÁVEL TÉCNICO:		REGISTRO:	
Geomineral Engenharia, Mineração e Meio Ambiente Eireli Fabiana Amaral Décimo - Engenheira de Minas e Ambiental		CNPJ: 07.381.136/0001-38 CREA-MG nº 155735/D ART: 142020000000006340754 142020000000006341013 142020000000006341033	
AUTORIA DO PARECER		MATRÍCULA	ASSINATURA
Josiany Gabriela de Brito - Gestora Ambiental		1107915-9	
De acordo: Vinícius Valadares Moura Diretor Regional de Regularização Ambiental		1365375-3	



Documento assinado eletronicamente por **Josiany Gabriela de Brito, Servidor(a) Público(a)**, em 27/04/2021, às 15:31, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de](#)

[julho de 2017.](#)



Documento assinado eletronicamente por **Vinicius Valadares Moura, Diretor(a)**, em 27/04/2021, às 15:53, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **28621192** e o código CRC **EA0806BD**.

Referência: Processo nº 1370.01.0021873/2021-41

SEI nº 28621192



Parecer Técnico SEMAD/SUPRAM LESTE-DRRA nº. 45/2021

O empreendimento **Biometal Mining Comércio e Indústria de Reciclagem Ltda** atua, conforme se extrai do Parecer Técnico n. 0236356/2019, no ramo da reciclagem de resíduos, especificamente em beneficiamento, reciclagem e/ou regeneração de materiais de carbono, alumina, sucata metálica e escória de ferro silício, exercendo suas atividades na Rua Matilde Rosa da Silva nº02, bairro Boa Esperança, zona urbana do município de Bela Vista de Minas-MG.

As atividades regularizadas do empreendimento são “Reciclagem ou regeneração de outros resíduos classe 2 (não perigosos) não especificados.” código F-05-07-1 (capacidade instalada de 30 t/dia), e “Central de recebimento, armazenamento temporário, triagem ou transbordo de sucata metálica, papel, papelão, plásticos ou vidro para reciclagem, não contaminados com óleos, graxas, agrotóxicos ou produtos químicos.”, código F-01-01-5 (Área Útil de 4,9ha). Estas atividades foram regularizadas por meio do P.A nº 02083/2004/004/2019 (Certificado de Licença LAS/RAS n. 033/2019), com validade até 24/04/2029.

Em 21/12/2020, o empreendedor da BIOMETAL MINING COMÉRCIO E INDÚSTRIA DE RECICLAGEM LTDA, formalizou no Sistema de Licenciamento Ambiental - SLA, o processo nº. 5698/2020 de Licenciamento Ambiental Simplificado - LAS, via Relatório Ambiental Simplificado (RAS), classe 3, sem incidência de critério locacional. Tal processo foi indeferido conforme abaixo:

“Em relação à área do empreendimento, conforme a caracterização descrita nos autos do processo COPAM nº 02083/2004/004/2019, a área útil é de 4,90 ha.

O RAS apresentado informa que a propriedade possui 13 ha, a Área Diretamente Afetada – ADA possui 8,9 ha e área construída é de 3.202,61 m².

Conforme se extrai da caracterização apresentada por meio SLA, o empreendedor informa que haverá aumento da ADA com a ampliação do empreendimento.

A DN COPAM 217/2017 define área útil para estabelecimentos industriais e centrais de recebimento e armazenamento de resíduos como:

É o somatório das áreas utilizadas pelo empreendimento para a consecução de seu objetivo social, incluídas, quando pertinentes, as áreas dos setores de apoio, as áreas destinadas à circulação, estocagem, manobras e estacionamento, as áreas efetivamente utilizadas ou reservadas para disposição ou tratamento de efluentes e resíduos. Ficam excluídas do cálculo da área útil as áreas de parques, de reservas ecológicas e legais, bem como as áreas consideradas de preservação permanente e de patrimônio natural. A área útil deve ser expressa em hectare (ha).

Entretanto, ao solicitar ampliação para inclusão de nova atividade, F-01-09-5, o empreendedor informa a área útil do empreendimento de 1,0 ha. Ainda conforme a DN COPAM 217/2017, a atividade F-01- 09-5 em empreendimento com área útil maior que 1 ha possui porte G e se enquadra em classe 4, não sendo regularizado por meio de licenciamento simplificado.

O RAS apresentado foi elaborado conforme o termo de referência para atividades minerárias, que engloba a atividade A-05-01-0, contudo, com relação à atividade F-01-09-5, não foram apresentadas várias informações essenciais para análise da viabilidade ambiental, conforme se pede no termo de referência adequado.

Em relação à outra atividade solicitada na ampliação, A-05-01-0 - Unidade de tratamento de minerais – UTM com tratamento a seco, o RAS menciona que a área ocupada será de 0,5 ha.

Assim, há divergência de informações em relação à área útil do empreendimento, o que impacta na modalidade de licenciamento, bem como ausência de informações básicas sobre atividade a ser desenvolvida.”

Em 23/02/2021, foi formalizado, na SUPRAM LM, o processo administrativo de Licenciamento Ambiental Simplificado nº 865/2021, via Relatório Ambiental Simplificado (RAS).



A atividade do empreendimento objeto deste licenciamento em fase de projeto/instalação será a “Unidade de Tratamento de Minerais – UTM, com tratamento à seco”, código A-05-01-0, cuja capacidade instalada é de 1.500.000 t/ano, Classe 3, que justifica a adoção do procedimento simplificado, tendo em vista a não incidência de critério locacional por se tratar de uma ampliação de empreendimento já regularizado, conforme Figura 01. A atividade está listada no RAS, mas no Formulário de Caracterização do Empreendimento do SLA constam as de “Reciclagem ou regeneração de outros resíduos classe 2 (não-perigosos) não especificados”, código F-05-07-1. Com Capacidade instalada de 30t/dia e “Unidade de Tratamento de Minerais - UTM, com tratamento a seco”, código A-05-01-0, Capacidade instalada de 1.500.000t/ano.

Figura 01: Imagem da plataforma IDE da área do empreendimento, conforme ADA apresentada neste processo.



Fonte: IDE-SISEMA.

Figura 02: Imagem da área do empreendimento, conforme ADA apresentada neste processo.



*em vermelho, a área proposta para a implantação da UTM; amarelo, área do imóvel; marrom, reciclagem/briquetagem e marrom escuro, pátio de ROM.

Fonte: Google Earth, 2021.

Registra-se que em processos anteriores foram apresentadas projeções diferentes da ADA do empreendimento, conforme imagens a seguir:



Figura 03: Imagens da plataforma IDE da área do empreendimento em processos anteriores.



Fonte: Pareceres Técnicos.

Pelo fato do empreendimento estar inserido em APA, APA Municipal Nova Era, e neste momento, ser objeto de ampliação, será necessário promover a comunicação de tal alteração no empreendimento junto ao órgão gestor da APA, para que seja dado ciência.

A água será fornecida pela concessionária local e para a aspersão de vias, a empresa contratará os serviços terceirizados de um caminhão pipa para umidificação da área do empreendimento e vias de acesso, a água será responsabilidade da empresa contratada.

O empreendedor pretende processar em UTM tanto o ROM quanto o material oriundo de pilhas de rejeito/estéril que serão comprados de mineradoras locais. A UTM será utilizada apenas para reduzir a granulometria do minério através de processos de britagem e classificação por peneiramento.

O ROM e/ou rejeito/estéril chegarão ao empreendimento por meio de caminhões sendo encaminhados diretamente para o pátio de armazenamento, para posterior direcionamento para a UTM. Na unidade de tratamento, todo material será conduzido para o silo receptor do britador através de pás carregadeiras, assim os blocos de elevadas dimensões/dureza e com grandes variações de tamanho irão passar pela britagem.

Em seguida o material britado será encaminhado por meio de correias transportadoras para a peneira com diferentes espessuras de malhas (3 decks), para que seja realizada a separação do minério em diferentes faixas granulométricas.

Nesta peneira, sairá as primeiras classificações (<6,35 mm e >6,35mm), e ao final do processo serão gerados dois produtos, o material granulado (> 6,35mm e < 25mm) e o sinter-feed (<6,35mm).

O “oversize” (material que fica retido na peneira, >25 mm) será encaminhado novamente para o britador, retornando ao processo. Enquanto o “undersize”, (material passante na peneira) será encaminhado para área de estocagem do material e/ou será encaminhado para o consumidor final. O material abaixo de 6,35 mm, será destinado para a briquetagem.

Não é possível estabelecer ao certo a porcentagem desses materiais que irão para venda e para a briquetagem uma vez que o empreendimento irá comprar minério e pilhas de rejeito/estéril de diferentes mineradoras onde cada material tem sua especificação própria, mas estima-se que cerca de 35% do volume total que passará pela UTM será classificado como finos (<6,35 mm) e será destinado à briquetagem.

Atualmente, constam em funcionamento as seguintes estruturas no empreendimento: uma portaria, um escritório, uma balança rodoviária, um galpão de estocagem coberto, um depósito coberto, uma fossa séptica e três caixas de sedimentação de sólidos.

Para atender a ampliação da LAS/RAS, além das estruturas já existentes e em funcionamento, após o deferimento da licença, o empreendedor optará por ativar algumas estruturas, que encontram desativadas, tais como o refeitório, a área de abastecimento, a caixa separadora de Água e Óleo, e a fossa séptica, próxima ao refeitório.



O galpão coberto que era utilizado para estocagem, com a ampliação passará a ser utilizado para almoxarifado.

A área total do empreendimento é de 12,47ha, a área construída é de 0,41 ha e a área diretamente afetada é de 5,35ha. Cabe esclarecer que, por meio de resposta à solicitação de informações complementares, o empreendedor informa o seguinte:

“A licença ambiental anterior (LAS/RAS 33/2019), pleiteada pela Fusão Ligas Comércio e Indústria Ltda, apresentava área do imóvel com 4,90 hectares. Tal área era suficiente para abrigar as instalações do empreendimento como descrito. Com a transferência da titularidade da licença ambiental, a Biometal assumiu o empreendimento e negociou também ampliação do contrato de arrendamento, de forma que outras matrículas foram incluídas, o que perfaz o total de 12,47 hectares. Da área de 12,47 hectares, dos imóveis arrendados, a Biometal, irá utilizar 5,35 hectares, para abrigar as novas instalações e atividades solicitadas na ampliação desta licença.”

Ainda, o empreendimento conta com a colaboração de 24 (vinte e quatro) funcionários no setor de produção e 04 (quatro) no setor administrativo, trabalhando em 2 turnos diários de 8h, 6 dias na semana e 12 meses ao ano.

Está prevista a utilização dos seguintes equipamentos para operar a planta de beneficiamento: 04 (quatro) pás carregadeiras, 01 (um) britador, 02 (dois) Rebritador, 02 (duas) peneiras e 01 (uma) briqueteira.

Ainda serão implantadas correias transportadoras, as quais serão instaladas após o deferimento da LAS/RAS na área de UTM demarcada na planta planimétrica.

As correias transportadoras não serão enclausuradas, devido ao custo/benefício, sendo estas as mais comuns em empreendimentos de mesmo porte e atividade. O empreendimento tomará todas as medidas mitigadoras cabíveis, para que não ocorra impacto ambiental e acidentes de trabalho.

Medidas mitigadoras a serem tomadas:

- Realizar a aspersão de vias no empreendimento e na área da UTM, minimizando assim a poluição atmosférica.
- Utilização de EPIs pelos funcionários.
- Treinamento dos funcionários.
- Manutenção das correias transportadoras.

Ressalta-se que esta atividade não se encontra listada na DN 217/17, na referida deliberação a atividade listada é “E-01-18-1 Correia transportadora externa aos limites de empreendimentos minerários”.

O empreendimento possui uma área para realizar pequenos reparos, o local possui piso impermeabilizado, canaletas e caixa SAO. Não será realizada a troca de óleo dos equipamentos e veículos, a mesma será realizada em oficina localizada no Município de Bela Vista de Minas. O empreendimento também possui ponto de abastecimento, que conta com tanque aéreo de 14000l.

Como principais impactos inerentes à atividade e devidamente mapeados nos estudos tem-se a geração de efluentes líquidos, resíduos sólidos, emissões atmosféricas, ruídos e carreamento de sedimentos.

Os efluentes sanitários serão tratados em duas fossas sépticas (refeitório e escritório), com lançamento em sumidouro. Ressalta-se que tanto a fossa séptica quanto o sumidouro, já instalados serão suficientes para o uso de todos os funcionários, não sendo necessária a realização de obras para aumento da sua capacidade.

Quanto as emissões atmosféricas, estas referem-se ao tráfego dos equipamentos e veículos, sendo que esta será minimizada com umidificação das áreas e manutenção dos equipamentos.



Está prevista a geração de resíduos sólidos classe II, tais como resíduo orgânico, papel, plástico, vidro e metal, em quantidade média de 336kg/mês. Todos resíduos gerados serão segregados em materiais recicláveis, não recicláveis e orgânicos. Posteriormente serão embalados em sacos biodegradáveis e encaminhados para aterro sanitário licenciado, à compostagem ou à reciclagem.

O impacto com os ruídos e vibrações serão mitigados com constante manutenção e regulação dos equipamentos para evitar emissão abusiva, visando o controle do nível de ruído, além de funcionamento de veículos e equipamentos somente durante o período diurno.

O sistema de drenagem do empreendimento é natural, uma vez que a declividade do terreno dita o caminho preferível para o escoamento natural da água proveniente das chuvas e que não há uso de água durante o processo produtivo. Entretanto, para evitar o carreamento de sedimentos para os cursos d'água a jusante, e redirecionar a água da chuva, evitando a ocorrência de processos erosivos, faz-se necessário a implantação de dissipadores de energia e estruturas hidráulicas para direcionar o escoamento.

O empreendimento optou então pelo aumento do número de canaletas impermeabilizadas nos locais onde estas ainda não foram instaladas. Reitera-se que o local já conta com a presença de caixas de areia como estrutura de contenção de sedimentos na parte mais baixa do relevo.

Além disso, propõe-se também a implantação das valetas de infiltração. Dessa forma serão implantadas as valetas de infiltração ao longo das estradas de domínio do empreendimento e entorno da ADA, com a finalidade de recolher as águas pluviais, majorando o tempo de escoamento, atenuando a velocidade e permitindo consequente infiltração.

De acordo com o nível de saturação, tais estruturas serão limpas periodicamente pelas pás carregadeiras, onde o excesso de sedimentos será retirado, a fim de criar espaço para futuras sedimentações. O material retirado será destinado ao local mais apropriado evitando maiores danos no ambiente.

Ressalta-se, ainda, que outros impactos ambientais relevantes não foram identificados e registrados no RAS, fato este que corrobora para o posicionamento técnico favorável à concessão da licença ambiental pleiteada.

Em conclusão, com fundamento nas informações constantes do Relatório Ambiental Simplificado (RAS) e do estudo do critério locacional, sugere-se a concessão da Licença Ambiental Simplificada ao empreendimento **"Biometal Mining Comércio e Indústria de Reciclagem Ltda"** para a atividade de "Unidade de Tratamento de Minerais – UTM, com tratamento à seco", no município de Bela Vista de Minas – MG", pelo prazo de 08 anos", vinculada ao cumprimento das condicionantes estabelecidas no Anexo I deste parecer, bem como da legislação ambiental pertinente.

Registra-se que a manifestação aqui contida visa nortear na escolha da melhor conduta, tendo natureza opinativa, de caráter obrigatório, porém não vinculante e decisório, podendo a entidade competente agir de forma contrária à sugerida pela equipe interdisciplinar¹.

Ressalta-se que o parecer foi elaborado unicamente com base nas informações apresentadas pelo empreendedor. Portanto, a equipe de análise não possui nenhuma responsabilidade sobre as informações prestadas pelo empreendedor. Ainda, *conforme Instrução de Serviço SISEMA nº01/2018, na modalidade de Licenciamento Ambiental Simplificado com apresentação de Relatório Ambiental Simplificado – LAS/RAS, a análise do RAS será feita em fase única pela equipe técnica, sendo que a conferência documental deve ser realizada pelo Núcleo de Apoio Operacional da Supram.*

ANEXO I

¹ Neste sentido o Parecer da AGE/MG n. 16.056, de 21/11/2018.



Condicionantes para Licença Ambiental Simplificada do empreendimento
“Biometal Mining Comércio e Indústria de Reciclagem Ltda”

Item	Descrição da Condicionante	Prazo*
01	Executar o Programa de Automonitoramento, conforme definido no Anexo II, demonstrando o atendimento aos padrões definidos nas normas vigentes.	Durante a vigência da licença
02	Manter arquivado no empreendimento cópias impressas, na íntegra, dos relatórios de cumprimento das condicionantes, acompanhadas da respectiva ART, as quais deverão ficar disponíveis ao órgão ambiental durante a vigência da licença ambiental e pelo período de 05 (cinco) anos após o vencimento da mesma, podendo ser solicitadas a qualquer tempo, inclusive pelo agente de fiscalização ambiental.	-

* Salvo especificações, os prazos são contados a partir da data de publicação da Licença na Imprensa Oficial do Estado.

IMPORTANTE

Os parâmetros e frequências especificadas para o Programa de Automonitoramento poderão sofrer alterações a critério da área técnica da SUPRAM LM, face ao desempenho apresentado;

Qualquer mudança promovida no empreendimento que venha a alterar a condição original do projeto das instalações e causar interferência neste programa deverá ser previamente informada e aprovada pelo órgão ambiental.



ANEXO II

Programa de Automonitoramento da Licença Ambiental Simplificada do empreendimento “Biometal Mining Comércio e Indústria de Reciclagem Ltda”

1. Efluentes Líquidos

Local de amostragem	Parâmetro	Frequência de Análise
Entrada (Ponto 01) e Saída (Ponto 02) dos Sistemas de Tratamento de Esgoto Sanitário (Refeitório e Vestiário)	Vazão, Demanda Bioquímica de Oxigênio (DBO) ¹ , Demanda Química de Oxigênio (DQO) ¹ , pH, Sólidos em Suspensão Totais (SST), Sólidos Sedimentáveis (SS), substâncias tensoativas que reagem com azul de metileno (Surfactantes), óleos minerais e óleos vegetais e gorduras animais.	<u>Semestralmente</u>
Entrada (Ponto 01) e Saída (Ponto 02) da Caixa SAO	Vazão, DQO, pH, Sólidos em Suspensão Totais (SST), Sólidos Sedimentáveis (SS), substâncias tensoativas que reagem com azul de metileno (Surfactantes), óleos minerais e óleos vegetais e gorduras animais.	<u>Semestralmente</u>

⁽¹⁾O plano de amostragem deverá ser feito por meio de coletas de amostras compostas para os parâmetros DBO e DQO pelo período de no mínimo 8 horas, contemplando o horário de pico. Para os demais parâmetros deverá ser realizada amostragem simples.

Relatórios: Enviar, anualmente, todo mês de abril à SUPRAM LM, os resultados das análises efetuadas. O relatório deverá especificar o tipo de amostragem e conter a identificação, registro profissional e a assinatura do responsável técnico pela amostragem, além da produção industrial e do número de empregados no período. Deverá ser anexado ao relatório o laudo de análise do laboratório responsável pelas determinações.

Constatada alguma inconformidade, o empreendedor deverá apresentar justificativa, nos termos do §2º do art. 3º da Deliberação Normativa nº 216/2017, que poderá ser acompanhada de projeto de adequação do sistema de controle em acompanhamento.

Na ocorrência de qualquer anormalidade nos resultados das análises realizadas durante o ano, o órgão ambiental deverá ser imediatamente informado, inclusive das medidas de mitigação adotadas.

Método de análise: Normas aprovadas pelo INMETRO ou, na ausência delas no *Standard Methods for Examination of Water and Wastewater*, APHA-AWWA, última edição.

2. Resíduos Sólidos e Rejeitos

2.1 Resíduos sólidos e rejeitos abrangidos pelo Sistema MTR-MG

Apresentar, semestralmente, a Declaração de Movimentação de Resíduo – DMR, emitida via Sistema MTR-MG, referente às operações realizadas com resíduos sólidos e rejeitos gerados pelo empreendimento durante aquele semestre, conforme determinações e prazos previstos na Deliberação Normativa COPAM nº 232/2019.



Prazo: Conforme dispostos na DN COPAM nº 232/2019.

2.2 Resíduos sólidos e rejeitos não abrangidos pelo Sistema MTR-MG

Apresentar, semestralmente, relatório de controle e destinação dos resíduos sólidos gerados conforme quadro a seguir ou, alternativamente, a DMR, emitida via Sistema MTR-MG.

Prazo: Conforme dispostos na DN COPAM nº 232/2019.

RESÍDUO				TRANSPORTADOR		DESTINAÇÃO FINAL			QUANTITATIVO TOTAL DO SEMESTRE (tonelada/semestre)			OBS.
Denominação e código da lista IN IBAMA 13/2012	Origem	Classe	Taxa de geração (kg/mês)	Razão social	Endereço completo	Tecnologia (*)	Destinador / Empresa responsável		Quantidade Destinada	Quantidade Gerada	Quantidade Armazenada	
							Razão social	Endereço completo				

- (*) 1- Reutilização
2 - Reciclagem
3 - Aterro sanitário
4 - Aterro industrial
5 - Incineração
6 - Co-processamento
7 - Aplicação no solo
8 - Estocagem temporária (informar quantidade estocada)
9 - Outras (especificar)

- O programa de automonitoramento dos resíduos sólidos e rejeitos não abrangidos pelo Sistema MTR-MG, que são aqueles elencados no art. 2º da DN COPAM nº 232/2019, deverá ser apresentado, semestralmente, em apenas uma das formas supracitadas, a fim de não gerar duplicidade de documentos.
- O relatório de resíduos e rejeitos deverá conter, no mínimo, os dados do quadro supracitado, bem como a identificação, registro profissional e a assinatura do responsável técnico pelas informações.
- As doações de resíduos deverão ser devidamente identificadas e documentadas pelo empreendedor.
- As notas fiscais de vendas e/ou movimentação e os documentos identificando as doações de resíduos deverão ser mantidos disponíveis pelo empreendedor, para fins de fiscalização.